

A | C | P | A

A D V O G A D O S



KUFA
ADVOCACIA

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR CARLOS HORBACH – DIGNO
MINISTRO RELATOR DA REPRESENTAÇÃO Nº 0601822-39.2018.6.00.0000**

**JAIR MESSIAS BOLSONARO e COLIGAÇÃO BRASIL ACIMA DE
TUDO, DEUS ACIMA DE TODOS**, vem, por meio de seus advogados que esta
subscrevem, consoante instrumento de mandato anexo, oferecer sua

D E F E S A

pelos fatos e fundamentos jurídicos adiante expostos:

📍 R. Ewerton Visco, 290 | Sala 1203
Caminho das Árvores | Salvador - BA
CEP: 41.820-022 | 71 2137-5531

✉ contato@acpa.adv.br
🌐 www.acpa.adv.br

📍 Av Brigadeiro Luiz Antônio, 3813 |
Jardim Paulista | São Paulo - SP |
CEP 01401-002

📍 SHS QD.06, Conjunto A | Bloco A | Sala 606 |
Ed. Business Center Park | Brasília/DF |
CEP: 70316-102

☎ 11 3663-1006
✉ contato@kufa.adv.br
🌐 www.kufa.adv.br

I – DA TEMPESTIVIDADE:

Insta frisar, de início, que a citação dos Representados para atendimento do disposto no artigo 8º, da Resolução n.23.547/2017, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ocorreu por Mural Eletrônico no dia 27/10/2018, assinalando prazo de 01 (um) dia para apresentação de defesa, o que se faz tempestivamente neste dia 28

II – UM BREVE RESUMO DOS FATOS:

Trata-se de Representação Eleitoral com pedido liminar para suspender a propaganda impugnada, e no mérito, para confirmar a liminar, impedir nova veiculação e obter direito de resposta por tempo equivalente.

A propaganda guerreada foi veiculada na TV no dia 24/10/2018, na modalidade inserção, pelo tempo de 1 minuto de duração e repetida 5 vezes ao longo do dia nos seguintes horários e emissoras: às 19:18 e 19:48 na TV Globo, 19:54 no SBT, 20:26 na TV Bandeirantes e 21:12 na TV Record.

Segue de gravação apresentada pelos Representantes:

Você que é pai, você que é mãe e que tem filhos pequenos.

Em audiência pública na Câmara dos Deputados, o senhor André Lázaro, secretário de alfabetização do MEC, do então ministro Fernando Haddad, discutiu a feitura do filme "Beijo Lésbico", para passar para criancinhas a partir de seis anos de idade na escola.
Assista:

"Um dos materiais didáticos, um dos filmes, tinha um beijo na boca, um beijo lésbico na boca, a gente ficou uns três meses discutindo até onde entrava a língua".

Nada temos contra a opção sexual [sic] de quem quer que seja, isso não é assunto de governo. Agora, material como esse, patrocinado pelo governo do PT, que integrava o kit gay, não podemos admitir que chegue em sala de aula.

Nós respeitamos a família brasileira.

Nós respeitamos a inocência da criança.

(grifamos)

PRELIMINARMENTE

III – DA PERDA SUPERVENIENTE DE OBJETO

Conforme ditame do artigo 337, XI, antes de discutir o mérito, incumbe ao requerido invocar ausência de interesse processual.

Art. 337. Incumbe ao réu, antes de discutir o mérito, alegar:

XI - ausência de legitimidade ou de interesse processual;

O período de propaganda eleitoral em geral alcançou seu termo final no dia 27/10/2018, às 22 horas. Na TV e no Rádio, a propaganda eleitoral gratuita

teve fim na antevéspera do dia do pleito de 2º turno, ou seja, o último dia de veiculação foi 26/10/2018, conforme dispõe o artigo 49, caput, da Lei 9.504/97:

Art. 49. **Se houver segundo turno,** as emissoras de rádio e televisão reservarão, a partir da sexta-feira seguinte à realização do primeiro turno e **até a antevéspera da eleição,** horário destinado à divulgação da propaganda eleitoral gratuita, dividida em dois blocos diários de dez minutos para cada eleição, e os blocos terão início às sete e às doze horas, no rádio, e às treze e às vinte horas e trinta minutos, na televisão.

(grifamos)

O comando é repetido no artigo 53, da Resolução 23.551/2017, do Tribunal Superior Eleitoral, editada para regulamentar a propaganda eleitoral no pleito 2018:

Art. 53. Se houver segundo turno, as emissoras de rádio e de televisão reservarão, a partir da sexta-feira seguinte à realização do primeiro turno e **até a antevéspera da eleição,** horário destinado à divulgação da propaganda eleitoral gratuita em rede...

(grifamos)

O pedido inicial busca a suspensão da exibição da propaganda e o direito de resposta por tempo equivalente. Tendo a propaganda eleitoral na TV e no Rádio terminado na sexta-feira, dia 26/10/2018, e sendo hoje 28/10/2018, dia do

pleito, estando, portanto, encerrada a campanha eleitoral, verifica-se a perda superveniente do objeto, carecendo os Representantes de interesse processual, nos termos do artigo 330, III, do Código de Processo Civil:

Art. 330. A petição inicial será indeferida quando:

III - o autor carecer de interesse processual;

Diante disso, os Representados **pugnam preliminarmente pela perda superveniente do objeto, carecendo os Requerentes de interesse processual, devendo o pedido inicial ser indeferida** nos termos do artigo 330, III, do Código de Processo Civil.

DO MÉRITO

IV – DOS FATOS E FUNDAMENTOS

No mérito os Representantes se insurgem contra programa no qual os Representados trataram-se do tema “kit gay”, em especial, no que tange ao **vídeo** no qual o então Secretário de Alfabetização do MEC, Sr. André Lázaro, trata publicamente da discussão que girou em torno da inclusão ou não de cena de “Beijo Lésbico” nas cartilhas componentes do projeto “Escola sem Homofobia”, e destaca, clara e textualmente:

“... a gente ficou uns três meses discutindo até onde entrava a língua”.

Os Representantes alegam que os Representados faltaram com a verdade ao veicularam tal fato em imagem e áudio, alegando:

A um porque o referido beijo não foi inserido no conjunto de audiovisuais, a dois porque os materiais possuem classificação etária específica e adequada para cada conteúdo veiculado, a três porque o único material com classificação indicativa livre não contém qualquer cena que insinue sexo, nudez, ou sequer carícias inadequadas aos olhos de uma criança.

A veiculação de cena audiovisual de palestra do então Secretário de Alfabetização do MEC, Sr. André Lázaro, discutindo sobre a formulação do conteúdo do "kit gay", e declarando que o grupo de trabalho **"...ficou uns três meses discutindo até onde entrava a língua"** não é inverdade, não é exagero e não é fugir ao debate político e democrático.

Ao contrário, é trazer à luz fato verídico, que ocorreu na elaboração de um projeto petista, vinculado ao candidato Fernando Haddad, de enorme impacto permitindo análise pelo eleitor.

O projeto "Escola sem Homofobia", da forma como foi proposto pelo Ministério da Educação na gestão do então Ministro Fernando Haddad, atual candidato petista à Presidência da República, é vital para o debate político e democrático. Assim, não poderia ter sido omitido pelos Representados em sua propaganda, em especial, uma vez que o candidato Jair Bolsonaro sempre foi crítico declarado do projeto conforme elaborado. Ademais, como se demonstrará à frente, o

projeto foi estancado pelo Governo Federal exatamente em razão do levante contrário da população brasileira.

V – “KIT GAY” NÃO É MENTIRA

Em 2011, o Governo Federal, sob a Presidência da Sra. Dilma Roussef (PT), e o Ministério da Educação e Cultura, então presidido pelo atual candidato do PT à Presidência da República, Fernando Haddad (PT), tramitavam a um projeto voltado a crianças denominado “Escola sem Homofobia”, posteriormente alcunhado “kit gay”.

Conforme detalhado no “Caderno Escola sem Homofobia”, página 7, disponível no link <https://nova-escola-producao.s3.amazonaws.com/bGjtqbyAxV88KSj5FGExAhHNjzPvYs2V8ZuQd3TMGj2hHeySJ6cuAr5ggvfw/escola-sem-homofobia-mec.pdf>, o projeto era um desdobramento do programa “Brasil sem Homofobia”, iniciado em 2004 com o objetivo de proteger a população LGBT:

Em 2004, o governo federal lançou o programa Brasil sem Homofobia com o objetivo de combater a violência e o preconceito contra a população LGBT (composta por travestis, transexuais, gays, lésbicas, bissexuais e outros grupos). Uma parte dele enfatizaria a formação de educadores para tratar questões relacionadas ao gênero e à sexualidade. Nascia aí o projeto Escola sem Homofobia.

Tal fato resta comprovado pela leitura do próprio “Caderno Escola sem Homofobia”, páginas 8/9, onde consta:

O Projeto Escola Sem Homofobia, financiado pelo Ministério da Educação através de recursos aprovados por Emenda Parlamentar da Comissão de Legislação Participativa, é uma ação colaborativa de âmbito nacional idealizada e implementada por organizações da sociedade civil [...] O Projeto Escola sem Homofobia visa contribuir para a implementação e a efetivação de ações que promovam ambientes políticos e sociais favoráveis à garantia dos direitos humanos e da respeitabilidade das orientações sexuais e identidade de gênero no âmbito escolar brasileiro.

(grifamos)

Aqui vale pequena pausa para destacar que, no “Caderno Escola sem Homofobia”, página 7, aparece oficialmente o termo “kit”, como se pode ver:

Às lideranças de organizações sociais e pessoas que participaram das reuniões iniciais do projeto para o desenho do Caderno Escola sem Homofobia e demais componentes do kit de ferramentas pedagógicas, pelas contribuições baseadas na sua militância, mas, principalmente, pelas suas experiências de vida e produção de conhecimento.

(grifamos)

Com efeito, sendo o projeto “Escola sem Homofobia” um desdobramento do programa “Brasil sem Homofobia”, capitaneado pelo Ministério da Educação para disseminação nas escolas, tendo como parceiros entidades ligadas à comunidade LGBT, a população de dividiu acerca do tema.

A Câmara dos Deputados, mobilizada pelas bancadas católica e evangélica, foi veementemente contrária à aprovação do projeto, pois considerou desrespeito às famílias brasileiras atribuir à escola prerrogativa de “ensinar sexo às crianças”, e desrespeito às crianças interferir em sua livre formação sexual.

Tal fato resta comprovado pela publicação datada de 25/05/2011, do site da Câmara dos Deputados, intitulado “Pressão de bancadas faz governo cancelar kit sobre homossexualidade”, que pode ser consultado pelo link <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITOS-HUMANOS/197660-PRESSAO-DE-BANCADAS-FAZ-GOVERNO-CANCELAR-KIT-SOBRE-HOMOSSEXUALIDADE.html>

← → ↻ ⓘ Não seguro | www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITOS-HUMANOS/197660-PRESSAO-DE-
f t w e

DIREITOS HUMANOS

25/05/2011 - 20h26

Pressão de bancadas faz governo cancelar kit sobre homossexualidade

O ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, anunciou nesta quarta-feira (25), após reunião com deputados das bancadas católica e evangélica, que o governo suspendeu a produção do kit contendo vídeos e cartilhas contra a homofobia, em elaboração pelo Ministério da Educação para orientar professores do ensino médio.

O anúncio veio após **decisão da bancada religiosa** de apoiar a convocação do ministro da Casa Civil, Antônio Palocci, caso o kit não fosse cancelado. Em reunião nesta terça-feira (24), os deputados também haviam decidido **obstruir** todas as votações na Câmara e propor uma CPI para investigar o MEC.

O deputado Anthony Garotinho (PR-RJ), que participou da reunião com Gilberto Carvalho, disse ter ficado satisfeito com a suspensão do material. No início das votações desta quarta-feira, todos os requerimentos de obstrução elaborados pela bancada evangélica foram retirados. Segundo ele, a articulação sobre a CPI e a convocação de Palocci está suspensa e será esquecida assim que o governo confirmar o cancelamento do kit.

“Nós somos contra a discriminação aos homossexuais, mas o material que estava ali incentivava, estimulava uma opção sexual”, disse Garotinho. “Não é papel do governo decidir se o cidadão deve ser gay, se a menina deve ser lésbica. Essa é uma decisão pessoal. O papel do governo é, sim, combater qualquer tipo de discriminação.”

 Beto Oliveira

Garotinho: “Não é papel do governo decidir se o cidadão deve ser gay.”

Este vídeo traz gravações do levante das bancadas religiosas na Câmara dos Deputados na época, acessível pelo link <https://www.youtube.com/watch?v=T8xP77pMOvQ&t=71s>



A questão, portanto, a partir de 2011, foi objeto de inúmeras manifestações na TV, rádio e redes sociais, manifestações estas das quais participaram emissoras, cidadãs e cidadãos brasileiros, autoridades, ONGs, em suma, o debate deixou as paredes do Ministério da Educação e alcançou as ruas, envolvendo toda a sociedade civil organizada.

O projeto já havia sido aprovado pela Secad (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade) e iria para aprovação de comitê de publicações do MEC. No entanto, o Governo Federal freou o projeto em função da celeuma gerada no meio social, sendo que a Presidente Dilma Rousseff declarou, à época, que o projeto foi estancado por “frase inadequada”.

Destaque-se, por oportuno, que o termo usado à época pela Presidente Dilma refere-se a um vídeo que compunha o “kit”. Este “kit”, já em circulação pelas redes, traz um garoto que comenta que “ficar com meninos e meninas aumenta a probabilidade” de encontrar alguém. O próprio então Ministro da Educação, Fernando Haddad (atual candidato petista), declarou aos jornais, no dia 27/11/2011, que frase sugeriria bissexualidade, o que se pode constatar na notícia <https://educacao.uol.com.br/noticias/2011/05/27/frase-inadequada-sobre-bissexualidade-fez-dilma-suspender-kit-anti-homofobia-diz-haddad.htm>

 <https://educacao.uol.com.br/noticias/2011/05/27/frase-inadequada-sobre-bissexualidade>

"Frase inadequada" sobre bissexualidade fez Dilma suspender kit anti-homofobia, diz Haddad

Karina Yamamoto
 Editora de Educação
 Em São Paulo 27/05/2011 | 14h37 > Atualizada 27/05/2011 | 18h35



Um dos motivos pelos quais a presidente Dilma Rousseff suspendeu o kit anti-homofobia teria sido uma **"frase inadequada"** em um dos vídeos que já circulava na internet, disse o ministro da Educação, Fernando Haddad na manhã desta sexta (27).

Um exemplo é uma fala de um garoto que comenta que o fato de desejar "ficar com meninos e meninas aumenta a [sua] probabilidade" de encontrar alguém. Esse vídeo tem como título "Probabilidade".

ASSISTA A UM DOS VÍDEOS QUE COMPÕEM O KIT



A frase sugere que bissexualidade seja uma coisa boa -- comentou Haddad -- e o objetivo do material é combater a violência e a homofobia. Haddad descarta que a decisão da presidente tenha sido para poupar o ministro Antonio Palocci de ser convocado a explicar a multiplicação de...

Na verdade, o que fez o Governo Federal (Dilma Rousseff) e o MEC (Fernando Haddad) estancar projeto não foi exatamente a dita “frase inadequada”, e sim, a mobilização social resultante do projeto “Escola sem Homofobia”. O fato foi

largamente registrado pelas publicações postadas na internet e registrado por jornais oficiais do país.

Consta no “Caderno Escola sem Homofobia”, ora anexado e disponível no link <https://nova-escola-producao.s3.amazonaws.com/bGjtqbyAxV88KSj5FGExAhHNjzPvYs2V8ZuQd3TMGj2hHeySJ6cuAr5ggvfw/escola-sem-homofobia-mec.pdf>, que o projeto foi desenvolvido em parcerias com as seguintes entidades: (i) Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade MEC/SECADI); (ii) Global Alliance for LGBT Education – GALE; (iii) a organização não governamental Pathfinder do Brasil; (iv) ECOS– Comunicação em Sexualidade; a Reprolatina – Soluções Inovadoras em Saúde Sexual e Reprodutiva; (v) ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Todas as etapas de seu planejamento.

Vejamos:

- 1) Se o projeto era destinado a promover “ambientes políticos e sociais favoráveis à garantia dos direitos humanos e da respeitabilidade das orientações sexuais e identidade de gênero no âmbito escolar brasileiro” (“Caderno Escola sem Homofobia”, p.9);
- 2) Se tais garantias e escolhas devem ser livres, em respeito à Constituição Federal e ao Estatuto da Criança e do Adolescente;
- 3) Se não há nenhuma intenção de se influenciar o desenvolvimento sexual de crianças;
- 4) Por que foram chamadas para participar da elaboração do projeto, preponderantemente, Entidades de proteção à opção homossexual, em detrimento do equilíbrio da participação de Entidades de proteção à opção heterossexual?

Este questionamento foi objeto de discussão popular, como se vê da notícia intitulada “**A cara-de-pau de Haddad e uma pergunta: por que um programa que chegará a todos os estudantes tem de ser elaborado só por militantes gays?**” <https://abobado.wordpress.com/2011/05/26/a-cara-de-pau-de-haddad-e-uma-pergunta-por-que-um-programa-que-chegar-a-todos-os-estudantes-tem-de-ser-elaborado-s-por-militantes-gays/>



The screenshot shows a browser window with the URL <https://abobado.wordpress.com/2011/05/26/a-cara-de-pau-de-haddad-e-uma-pergunta-por-que-um-pr>. The page title is "Abobado" and there is a navigation menu with "Odeio petralhas | bandidos, oportu". The main content area features the article title "A cara-de-pau de Haddad e uma pergunta: por que um programa que chegará a todos os estudantes tem de ser elaborado só por militantes gays?" and a "leave a comment »" link. Below the text is a video player with the title "Kit Gay - Bancadas católica e Evangélica derru..." and a "PTB VIXO" logo. The video player includes controls for "Assistir mais tarde" and "Compartilhar", and a "GRAVADO" indicator. At the bottom of the page, there is a privacy notice: "Privacidade e cookies: Esse site utiliza cookies. Ao continuar a usar este site, você concorda com seu uso. Para saber mais, inclusive sobre como controlar os cookies, consulte aqui: [Política de cookies](#)".

Daí emergiu espontaneamente na sociedade brasileira o apelido “**kit gay**”. Não foi cunhado pelo candidato Jair Messias Bolsonaro. Desde aquele tempo, multiplicaram-se publicações na internet, comentários nas redes sociais e aplicativos

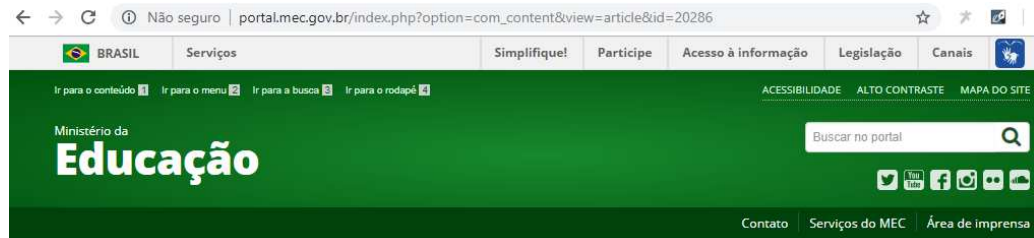
de mensagens instantâneas, bem como matérias jornalísticas, que em razão do pleno exercício do direito constitucional de livre expressão, persistem até os dias atuais e nomeiam o projeto como “kit gay”.

O candidato Jair Messias Bolsonaro apenas repetiu termo utilizado livremente pela população brasileira, nada tendo inventado ou intitulado propositada ou pejorativamente.

VI –“KIT GAY” É PROJETO DA GESTÃO HADDAD À FRENTE DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Desde aquele tempo, portanto, multiplicaram-se publicações sobre o fato, que em razão do pleno exercício do direito constitucional de livre expressão, persistem até os dias atuais, afinal, o Partido dos Trabalhadores (PT) possui candidato majoritário ao pleito presidencial 2018, que é o próprio Fernando Haddad, Ministro da Educação ao tempo da criação e tramitação do programa destinado a ensinar sexo às crianças nas escolas:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=20286



PÁGINA INICIAL

- Prouni
- Fies
- Sisu
- Pronatec
- Gabinete do Ministro

ACESSO À
INFORMAÇÃO

SECRETARIAS

PROFESSORES /

Galeria de Ministros - Fernando Haddad



Fernando Haddad

- Leia o Currículo Lattes do ministro

Nascido em São Paulo, no dia 25 de janeiro de 1963
Bacharel em Direito, Universidade de São Paulo, 1985
Especialização em Direito Civil
Mestre em Economia, Universidade de São Paulo, 1990. Especialização em Economia Política
Doutor em Filosofia, Universidade de São Paulo, 1996



Ainda assim, estando à frente do Ministério da Educação e havendo comprovação do próprio material produzido que o projeto “Escola sem Homofobia” era do MEC, o candidato petista Fernando Haddad negou tal fato.

<http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2011/05/haddad-nega-que-kit-gay-seja-do-mec-3315206.html>

Haddad nega que 'kit gay' seja do MEC

18/05/2011 - 15h48min

[Sugerir correção](#)

COMPARTILHE:

FACEBOOK



TWITTER



PLUS



POR EMAIL



O ministro da Educação, Fernando Haddad, disse que não conhece o material contra homofobia, chamado de kit anti-homofobia, destinado a crianças apresentado nesta quarta-feira por integrantes da bancada evangélica da Câmara.

— O material que eu vi não é do MEC. Todo o material oficial do MEC está no portal do ministério — afirmou.

Para o ex-governador fluminense e deputado federal Anthony Garotinho (PR-RJ), o material estimula a opção sexual, sem combater o preconceito.

E mesmo negando, Fernando Haddad tentou reeditar o projeto em 2011 <https://veja.abril.com.br/educacao/kit-gay-sera-reformulado-e-lancado-ate-fim-do-ano-diz-haddad/>



The screenshot shows a web browser window with the URL <https://veja.abril.com.br/educacao/kit-gay-sera-reformulado-e-lancado-ate-fim-do-ano-diz-haddad>. The page features the 'veja' logo and navigation links for 'Palavras cruzadas', 'Eleições 2018', 'Pesquisas Eleitorais', and 'Debates'. The main headline reads 'Governo Dilma: 'Kit gay' será reformulado e lançado até fim do ano'. Below the headline, it states 'Ministro da Educação revela também que pasta estuda realização eletrônica do Enem'. The author is identified as 'Por Nathalia Goulart' and the publication date is '16 out 2018, 18h49 - Publicado em 27 maio 2011, 14h53'. A large photograph of Fernando Haddad is displayed, with social media sharing icons (Facebook, Twitter, LinkedIn) to its left. On the right side, there is a vertical sidebar with the word 'Pela' and several small images, some labeled 'PATROCIN'.

Se o tema persiste nos dias atuais, o motivo é muito simples: **o Partido dos Trabalhadores mobilizou a elaboração do "kit", a Presidência da República na época era ocupada por filiada ao Partido dos Trabalhadores (Dilma Rousseff), o Ministro da Educação e responsável pela elaboração do "kit" era filiado ao Partido dos Trabalhadores (Fernando Haddad) e o Partido dos Trabalhadores concorre novamente à Presidência da República neste 2º turno das eleições 2018, que tem por candidato o mesmo filiado responsável à época pela elaboração do "kit", Fernando Haddad.**

Ora, deixar de falar que o guerreado “kit” é produção do Partido dos Trabalhadores (PT) e projeto da gestão de Fernando Haddad no MEC é deixar de informar a população sobre a realidade, sobre projetos petistas e apagar fatos que efetivamente ocorreram no país.

V – O PROJETO PETISTA “ESCOLA SEM HOMOFOBIA” FOI ESTANCADO EM DECORRÊNCIA DA NEGATIVA DA SOCIEDADE E CAUSOU PREJUÍZO AO ERÁRIO PÚBLICO

Após estancar o projeto “Escola sem Homofobia”, os líderes petistas Dilma Rousseff (Presidente da República) e Fernando Haddad (Ministro da Educação) foram questionados pelo Tribunal de Contas da União. O referido projeto foi executado por meio do convênio 832009/2007 (Siafi 603408), celebrado entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e a Associação Pathfinder do Brasil/BA (Pathfinder), **com orçamento de R\$1.932.101,01. O gasto efetivo foi de cerca de R\$800 mil, e ante o naufrágio do projeto, desperdício de recurso público foi questionado da Representação TC 016.286/2011-1 perante o Tribunal de Contas da União (documento anexo).**

O prejuízo de R\$800 mil foi denunciado pela imprensa, na época, como se observa da reportagem da Folha de S.Paulo em 21/08/2012: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/1140493-tcu-cobra-mec-por-gasto-com-kit-gay.shtml>



← → ↻ <https://www1.folha.uol.com.br/poder/1140493-tcu-cobra-mec-por-gasto-com-kit-gay.shtml>

FOLHA DE S. PAULO Site OK

ASSINE A FOLHA
ATENDIMENTO

*** UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

SEXTA-FEIRA, 19 DE OUTUBRO DE 2018 16H57

Opinião - Política - Mundo - Economia - Cotidiano - Esporte - Cultura - F5 - Tec - Classificados - Blogs - +SEÇÕES -

ÚLTIMAS NOTÍCIAS

Seções

poder eleições 2012

CANDIDATOS TV FOLHA-2º TURNO FOLHACÓPTERO FOLHASPDADOS

Enviar por e-mail Comunicar erros Link

Siga a Folha de S. Paulo no Twitter

21/08/2012 - 04h00
TCU cobra MEC por gasto com 'kit gay'

JOSÉ ERNESTO CREDENDIO
DE SÃO PAULO

PUBLICIDADE

 **envie sua notícia**

Folha de S. Paulo no 

O TCU (Tribunal de Contas da União) cobrou explicações do MEC (Ministério da Educação) sobre um suposto prejuízo de R\$ 800 mil com a suspensão da distribuição do "kit anti-homofobia", lançado pelo então ministro Fernando Haddad, candidato ao PT à Prefeitura de São Paulo.

Segundo acórdão do TCU, o valor foi gasto com a produção do material, mas a distribuição foi vetada pela presidente Dilma Rousseff após pressões de evangélicos, que o apelidaram de "kit gay".

O kit continha três vídeos e um guia para professores interessados em abordar o tema com alunos do ensino médio --a partir de 14 anos.

PUBLICIDADE

Diante do reboiço social, e da interrupção do projeto, o site Nova Escola relata que a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) veiculou, por sua conta, materiais que estavam inseridos no "kit": <https://novaescola.org.br/conteudo/84/conheca-o-kit-gay-vetado-pelo-governo-federal-em-2011>

Por quase quatro anos, o 1,9 milhão de reais investido no projeto pareceu perdido. **Sem esperanças de que o material fosse oficialmente desengavetado, a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e**

Transexuais (ABGLT), envolvida na elaboração, decidiu divulgar o caderno com instruções ao professor, que estava no kit. "Acreditamos na relevância do material para garantir o respeito à diversidade nas escolas e queremos dar retorno à sociedade, já que dinheiro público foi investido", afirmou a organização à NOVA ESCOLA.

(grifamos)

O material, portanto, chegou às escolas em forma de brinde para bibliotecas, fato que o candidato Jair Bolsonaro reiteradamente divulgou, e que o Tribunal Superior Eleitoral nos autos da Representação n. 0601699-41.2018.6.00.0000, pelo Ministro Carlos Horbach, não reputou inverídico:

...a (xxxi) e (xxxiii) a (xxxvi) constam explicações do candidato representado, respondendo a reportagens sobre suas denúncias, no sentido de que os referidos livros não integrariam programas governamentais, mas sim teriam sido distribuídos como brindes para as bibliotecas; a de número (xv) traz reprodução de entrevista do candidato a emissora de televisão, com imagens do livro; e a de número (xvii) sequer faz referência ao livro "Aparelho Sexual e Cia.", mas a outra publicação.

Evidente que todas essas postagens, pelo menos no juízo perfunctório que ora se procede, não têm sua veracidade posta em xeque pelos comunicados do Ministério da Educação que

fundamentam o pedido dos representantes, não havendo embasamento para sua remoção.

VII – O TEMA É DE INTERESSE INEQUÍVICO DO ELEITOR

Como exposto, tema tão combatido como o projeto “Escola sem Homofobia” não poderia ser deixado de fora do debate político no pleito eleitoral 2018.

Porém, tem sido tônica da campanha ora Representante negar o fato e atribuir ao candidato Jair Messias Bolsonaro sua própria deslealdade. O nome desta conduta é projeção. A campanha petista projeta na campanha do ora Representado sua metodologia escusa.

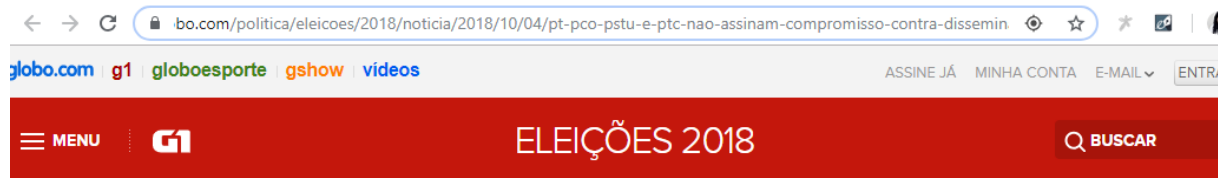
Vale lembrar que no mês de junho de 2018, o TSE promoveu o Seminário Internacional Brasil – União Europeia “Fake News: Experiências e Desafios”. No evento, o **Ministro Luiz Fux** discorreu sobre a importância do combate às notícias falsas no período eleitoral: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Junho/seminario-internacional-sobre-fake-news-luiz-fux-afirma-que-nao-existe-voto-livre-sem-opinioo-livre>

Fake news viraliza, massifica e destrói uma candidatura, além de atentar contra a democracia. Porque, na verdade, são notícias sabidamente inverídicas, dolosamente veiculadas e que influem no voto do eleitor (Min. Luiz Fux)

Na ocasião, o TSE convocou todos os partidos políticos para ratificação do Termo de Compromisso de não proliferação de notícias falsas nas eleições 2018: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Junho/eleicoes-2018-tse-e-partidos-firmam-acordo-de-nao-proliferacao-de-noticias-falsas>



Em outubro de 2018, o G1 apurou que o Partido dos Trabalhadores (PT), partido do candidato Fernando Haddad, ainda não havia ratificado o documento: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/04/pt-pco-pstu-e-ptc-nao-assinam-compromisso-contra-disseminacao-de-fake-news.ghtml>



PT, PCO, PSTU e PTC não assinam compromisso contra disseminação de conteúdos falsos, diz TSE

Acordo firmado por outros 31 partidos com o Tribunal Superior Eleitoral visa reprová a distribuição de publicações falsas na disputa eleitoral. PSTU diz que assinou o termo.

Por Renan Ramalho, G1 — Brasília
04/10/2018 12h31 · Atualizado há 2 semanas



E por ora, os Representantes se incomodam com a exposição de fatos reais, e alegam que os Representados mentem. Como poderiam mentir ao mostrar imagem e voz do então Secretário de Alfabetização do MEC, Sr. André Lázaro, em reunião sobre inclusão ou não de cena de “Beijo Lésbico” nas cartilhas componentes do projeto “Escola sem Homofobia”, com a frase “... a gente ficou uns três meses discutindo até onde entrava a língua”?

Diante de todo o exposto, requer, respeitosamente, à Vossa Excelência:

- a) O indeferimento da inicial, pela perda superveniente do objeto, que conduz à extinção foi feito por falta de interesse processual, nos termos do artigo 330, III, do Código de Processo Civil.

b) Alternativamente, caso seja ultrapassado o mérito da controvérsia, os Representados requerem a improcedência do pedido exordial, pelos fatos e fundamentos aqui externados.

Termos em que,

Pede deferimento.

Brasília/DF, 28 de outubro de 2018.

Gustavo Bebianno Rocha
OAB/RJ 81.620
Presidente Nacional do PSL

Karina de Paula Kufa
OAB/SP 245.404

Tiago Ayres
OAB/BA 22.219
OAB/DF 57.673

Fernanda Cristina Caprio
OAB/SP 148.931